

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 257/2016

EMENDA MODIFICATIVA N.º

Dê-se o inciso III do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar 257/2016 a seguinte redação:

“Art

3º

[...]

III – vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, salvo os programas e/ou incentivos em tratativas prévias com os Estados a edição desta Lei Complementar, que deverão ser formalizados no prazo de trinta dias;

JUSTIFICATIVA

Os incisos do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar 257/2016 visam estabelecer mecanismos de austeridade administrativa aos Estados que optarem pela renegociação de suas dívidas com a União. Conceitualmente trata-se de medida recomendável, ao passo que se procura garantir pelas travas criadas que a redução no valor das prestações da dívida represente efetivamente desafio para as finanças dos entes federados, impedindo a utilização dos valores economizados em aumento de despesas.

A concessão de benefícios fiscais pelos estados é atualmente um dos mais importantes mecanismos de atração de investimentos, gerando receitas e empregos e garantindo a movimentação da economia local, tão importante em tempos de crise com a que o Brasil atravessa no momento. Em período onde a União e a maioria dos estados brasileiros possuem severas restrições de investimento, com destinação de recursos em patamares aquém do necessário para infraestrutura, a concessão de condições especiais de tributação é mecanismo fundamental para garantia da expansão da atividade industrial no Brasil, processo indispensável para que o país consiga vencer a crise que o assola.

A classificação da concessão de benefícios fiscais no mesmo patamar de medidas de aumento de despesas pelos estados é equivocada, ao

passo que não há pela medida qualquer desembolso de valores pelo estado, mas ao contrário: os benefícios invariavelmente são concedidos na finalidade de se equalizar o tratamento tributário dos diversos setores de produção com o patamar apresentado nos demais estados, ou como contrapartida direta a investimentos realizados pelo beneficiado, consubstanciados em aumento de volume de produção (proporcional aumento de arrecadação), geração de empregos, contrapartidas sociais, dentre outras.

A concessão de benefícios, portanto, está longe de representar aumento de despesas ao estado, trata-se de importante instrumento de geração de riquezas e empregos em seus territórios. Em última análise, sua concessão representa na maioria dos casos exatamente o oposto de aumento de despesas: geração de receitas em impostos a partir do aumento da produção local, justamente em função das alíquotas estabelecidas.

Seguramente encontram-se em trâmite nos diversos estados da União negociações e estudos para a concessão de benefícios fiscais de naturezas diversas. Tais ajustes são fundamentais para a manutenção do equilíbrio de taxas dentre os estados do Brasil nos diversos setores produtivos.

Estabelecer-se a restrição imediata de concessão destes representaria deixar de conceder aos estados tempo suficiente para que estes realizem a adequação de suas políticas tributárias, buscando sua equalização com políticas internas e com as práticas dos demais entes federativos, bem como de concretizarem processos de atração de investimento em andamento. A falta de prazo de adequação prejudica sobremaneira o planejamento dos entes federativos, o que não se deve admitir, ainda que se entenda que a concessão de benefícios fiscais possa representar perda de receitas por estes.

Por essa razão, proponho a presente emenda no sentido de modificar o inciso III do artigo 3º do Projeto de Lei Complementar 257/2016, garantindo aos Estados prazo de trinta dias após a assinatura dos termos de renegociação das dívidas com a União para concessão de benefícios fiscais como contrapartida a investimentos em seus territórios que estavam em tratativas pretéritas a promulgação da presente lei complementar, possibilitando assim prazo para eventuais ajustes de matriz tributária eventualmente necessários pelo planejamento dos Estados.

Sala das Sessões, em 29 de março de 2016.

Deputado Jerônimo Goergen
PP/RS